

Modalidades, conceitos e abordagens historiográficas no estudo do sindicalismo rural

Modalities, concepts and historiographic approaches in the study of rural unionism

Patrícia Schneid Altenburg,¹ UFPEL

Resumo

O presente artigo faz uma discussão teórico-metodológica com base em alguns aspectos do sindicalismo rural brasileiro, focando especificamente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul durante a Ditadura Militar no Brasil, objeto de pesquisa no mestrado da autora. Inicialmente, é abordada a sua vinculação à História Social e aos conceitos de Classe e Grupos Sociais encaminhando-lhe a um entendimento de movimento social. Frente à interdisciplinaridade da História Social, o campo da Política e do Poder, por meio dos conceitos de Sistema Político, Política e Poder, permite compreender o contexto no qual a entidade se insere. O conceito de Memória é central na análise do objeto, sua discussão comporta diversas ressalvas sobre a sua utilização e diferenciação da história. Por fim, a micro-história, pautada pelo olhar microscópico e a variação de escalas em relação à análise do objeto, é apresentada como a abordagem mais apropriada para o mencionado estudo.

Palavras-chave: Sindicalismo Rural; Grupos Sociais; Memória; Micro-história.

Abstract

This article makes a theoretical-methodological discussion based on some of the Brazilian rural unionism, focusing specifically on the Rural Workers Union of São Lourenço do Sul during the Military Dictatorship in Brazil, object of research in the author's master's degree. Initially, its connection to Social History and the concepts of Class and Social Groups is addressed, leading to an understanding of social movement. Faced with the interdisciplinarity of Social History, the field of Politics and Power, through the concepts of Political System, Politics and Power, allows us to understand the context in which the entity is inserted. The concept of Memory is central to the question of the object, its discussion includes several analyzes about its use and the importance of history. Finally, a micro-history, given by the micro look and guiding the object analysis scale, is presented as a more appropriate approach for the mentioned study.

Keywords: Rural Unionism; Social Groups; Memory; Micro-history.

Introdução

O sindicalismo rural brasileiro possui muitas faces, vertentes e trajetórias. A historiografia contemporânea comporta uma vasta produção pautada na análise da reivindicação de direitos pelo trabalhador rural, na luta do campesinato pelo acesso à terra e a melhores condições de trabalho e de vida, e na defesa dos interesses das classes e dos grupos oriundos do campo. Aqui, o foco recai sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Lourenço do Sul e os pequenos produtores rurais dedicados à agricultura

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Bolsista Capes. E-mail: patricialtenburg@gmail.com. Número Orcid: 0000-0003-4660-3889.

familiar integrantes desta entidade, objetivando compreender, por meio de questões teóricas advindas da História e demais áreas das Ciências Humanas, aspectos da sua criação, atuação e manutenção durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), objeto de pesquisa no mestrado da autora que aqui escreve.

Todavia, antes de adentrar na parte propriamente teórica, se faz necessária a contextualização de algumas características sobre o sindicalismo rural brasileiro e gaúcho, tal como aspectos que permeiam a trajetória dos trabalhadores rurais de São Lourenço do Sul, no intuito de introduzir a discussão proposta.

A maior parte dos trabalhos sobre o sindicalismo brasileiro estão associados às cidades e ao contexto do Estado Novo, em razão da aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no ano de 1943, sistematizando uma série de normas acerca da organização de sindicatos urbanos, os quais, então reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, ficaram incumbidos de representar legalmente aos interesses de suas respectivas categorias profissionais (RAMOS, 2010).

Apesar da declarada legislação não abranger os trabalhadores do campo, resultando em entraves legais para a formação de sindicatos oficiais, isso não impediu sua mobilização frente às condições precárias do meio rural. Os anos seguintes assistiram à intensificação dos movimentos sociais no campo, sobretudo na década de 1950, período no qual o campesinato brasileiro, além de reivindicar por melhores salários, caracteriza-se pela emergência de uma vontade política própria, pautada pela rebelião contra seus opressores, exigindo em tribunais, a reparação de injustiças e o pagamento de indexações por proprietários de terras, a organização de ligas camponesas e sindicatos, o requerimento de uma política de reforma agrária, a resistência a despejos e expulsões e a reivindicação de preços mais altos na comercialização de seus produtos, através da imposição de barreiras e do fechando de estradas (MARTINS, 1981; RAMOS, 2010).

Nesse cenário de contestação e conflitos rurais, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) atuou na representação dos camponeses através da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, fundada em 1954. A Ligas Camponesas, formadas no estado de Pernambuco, em meados de 1950, se constituíram igualmente em importantes atores sociais nesse processo. No Rio Grande do Sul, o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) em 1960, com grande ascensão durante o mandato do então governador Leonel Brizola, liderou a luta de centenas de posseiros expulsos de uma propriedade ocupada há mais de meia década. Outra das principais frentes de atuação no meio rural brasileiro, foi a Igreja Católica, fundando e inserindo, após 1940, diversos setores voltados para a denúncia

das condições de vida dos camponeses, à exaltação de características e valores preponderantes nas áreas rurais como o trabalho em comunidade e a cultura popular, e especialmente ao combate das ideias comunistas (RAMOS, 2010).

Foi nesse contexto de organização dos trabalhadores rurais que, finalmente no ano de 1963, durante o governo do presidente João Goulart, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR),

Que sistematizava as normas da organização sindical corporativista no campo e previa a criação de entidades de representação máxima e oficial dos trabalhadores e proprietários agrícolas: as, respectivamente, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) (RAMOS, 2011, n.p.).

Medida governamental que suscitou o acirramento da disputa pela tutela e hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais, entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja Católica (MARTINS, 1981; RAMOS, 2010).

No que tange a gerência da Igreja Católica no espaço rural, um dos seus principais meios de atuação foram os Círculos Operários Cristãos que, originalmente criados em 1932 com o objetivo de cristianizar o movimento operário, se voltaram para a criação de sindicatos rurais a partir da década de 1960. Entretanto seu posicionamento não foi hegemônico, dado que no ano de 1962, surgiu a Ação Popular (AP), uma organização autônoma da Igreja Católica com diretrizes conflitantes aos Círculos e a Cúpula da Igreja, e maior simpatia pelo posicionamento de esquerda (RAMOS, 2010).

Após a aprovação do ETR, a criação da CNA, sindicato de âmbito nacional da classe patronal, se deu através da transformação da Confederação Rural Brasileira (CRB), conservando seu quadro diretivo e uma proposta de estrutura sindical condizente aos interesses da classe representada. Em contrapartida, a ULTAB, a AP e os setores da Igreja vinculados aos Círculos Operários Cristãos protagonizaram embates entorno da disputa pela liderança no processo de criação da CONTAG, registrando sindicatos que pudessem formar federações, que por sua vez, elegeriam a direção da Confederação (RAMOS, 2010).

De acordo com Ramos (2011), as duas primeiras tentativas lideradas pela Igreja Católica fracassaram. A reunião que efetivou a formação da CONTAG ocorreu em dezembro de 1963, elegendo como chapa vencedora, uma aliança entre a AP e a ULTAB, simbolizando a derrota do sindicalismo cristão vinculado aos Círculos Operários. Entre o recebimento de sua investidura sindical, em janeiro de 1964, até a derrubada do governo de João Goulart, a CONTAG manifestou-se favorável às mobilizações em prol das reformas de base,

especialmente a reforma agrária, apoiando o decreto da Superintendência Para a Reforma Agrária (SUPRA), enquanto repudiava a atuação dos latifundiários.

O golpe civil-militar e a instituição do regime ditatorial tiveram impactos distintos sobre a CNA e a CONTAG. Enquanto a primeira não só manteve seu quadro diretor, como ampliou sua inserção em agências da sociedade política, a segunda sofreu intervenção em sua diretoria, a qual foi assumida por uma junta interventora, conforme permitia a legislação sindical a que estava submetida, enquanto seus líderes comunistas ou ligados à AP foram afastados ou presos (RAMOS, 2010; RAMOS, 2011).

No estado do Rio Grande do Sul, a atuação da Igreja Católica em relação aos trabalhadores do campo, se deu através da Frente Agrária Gaúcha (FAG), fundada em 1961 por bispos católicos, no intuito de promover o homem do campo, a partir dos pressupostos político-ideológicos baseados na interpretação da Doutrina Social Cristã.² O movimento visava defender os direitos dos agricultores, auxiliar na organização dos assalariados e pequenos proprietários rurais e combater a emergência do comunismo no campo, de movimentos como o MASTER, visto com grande desconfiança por Dom Vicente Scherer, principal líder a encabeçar a criação da Frente (PICOLOTTO, 2011; GASPAROTTO, 2016).

Munida pelas mesmas armas empregadas pelos grupos de esquerda, a FAG fez uso de um intenso movimento de divulgação no meio rural, preparando lideranças que sustentassem o movimento, no intuito de impedir que os camponeses gaúchos se vissem tentados a seguir outra orientação, que não aquela propagandeada pela Igreja Católica. A educação rural consistiu num dos principais instrumentos utilizados, com a criação dos Institutos de Educação Rural e as Escolas de Educação Familiar. A importância atribuída pela Frente à educação, “residia na capacidade de fornecer uma formação adequada ao trabalhador rural no sentido de conscientizá-lo na transformação de suas condições sociais” (BASSANI, 2009, p. 95).

Sob orientação da cúpula da Igreja Católica nacional, a FAG propôs um modelo de Reforma Agrária seguindo os preceitos cristãos e muito próxima do discurso produzido pelas entidades patronais, prevendo, ao contrário dos movimentos de esquerda, a modernização da agricultura (BASSANI, 2009; GASPAROTTO, 2016). De acordo com Picolotto (2011), a Frente reconhecia a existência da concentração da terra e a dificuldade do pequeno proprietário, mas responsabilizava o avanço técnico pela centralização da terra nas mãos de

² “Corpo doutrinário da Igreja Católica, constituído de orientações filosóficas e teológicas que promovem diretrizes éticas para a melhor organização econômica e política das sociedades humanas” (RIBEIRO; CARVALHO; OREIRO, 2019, p. 715).

poucos e propunha como solução, o aperfeiçoamento das capacidades de trabalho e aptidões profissionais, para que se pudesse tirar o máximo de produto, do mínimo de terra. Aspectos esses que, conforme Bassani (2009) destituíam os projetos da FAG do conteúdo classista que comumente integra a luta dos camponeses, despolitizando a problemática agrária. Todavia, apesar de se aproximar em vários aspectos das concepções do patronato rural gaúcho, a FAG na década de 1960, se anunciava em desacordo tanto em relação ao comunismo estatista, quanto ao liberalismo econômico (PICOLOTTO, 2011).

Após a sua constituição, rapidamente a FAG obteve êxito na organização do campesinato gaúcho, através da criação de um significativo número de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, sobretudo nas áreas de colonização. Após o golpe civil-militar de 1964, sua área de atuação passou a abranger também as regiões controladas pelo MASTER, uma vez que implantada a ditadura militar no país, a Igreja Católica passou a agir de maneira absoluta, condicionando a criação e manutenção dos sindicatos sob sua tutela, privilegiando uma linha mais assistencial do que política (BASSANI, 2009).

Nesse cenário de atuação da FAG, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul obteve sua carta sindical no ano de 1966, elegendo no ano seguinte sua primeira junta governativa, marcando assim o início das suas atividades de tutela dos trabalhadores rurais no município, em relação aos quais, algumas breves considerações são indispensáveis.

Erigida sobre as bases da imigração alemã e pomerana, a colônia que atualmente abrange o município de São Lourenço do Sul foi concebida desde o princípio como uma colônia agrícola por seu idealizador e fundador Jacob Rheingantz, que privilegiou a vinda de imigrantes pomeranos, conhecidos como um povo iminentemente rural e habituado ao trabalho agrícola (HAMMES, 2014). Uma vez estabelecidos, estes colonos, apesar das dificuldades iniciais, obtiveram no primeiro século colheitas favoráveis, em razão da boa fertilidade do solo e da grande capacidade de trabalho e técnicas de cultivo adquiridas no dia-a-dia (MALTZAHN, 2011). No entanto, devido ao baixo interesse da administração pública em realizar investimentos na região, ficou ao encargo do núcleo colonial suprir suas necessidades mais primárias, como educação, infraestrutura, saúde e segurança, viabilizadas por diversas reuniões entre o diretor e os colonos. O que torna plausível pontuar que o desamparo público para com São Lourenço foi um dos fatores favoráveis ao fortalecimento da unidade e ao surgimento do associativismo, ao pressionar os colonos a se unirem em prol de serviços cruciais à sobrevivência do núcleo colonial. Muitas destas demandas foram atendidas pelas diversas associações que foram sendo criadas na colônia, as quais tinham como objetivo

inicial a manutenção da herança cultural, mas que logo se estenderam para outras esferas (SALAMONI, 2001, p. 9).

Dada a configuração de colônia isolada e preterida pela administração pública, é adequado pontuar que os fatores acima expostos foram responsáveis por imprimir na comunidade rural de São Lourenço do Sul, preponderantemente formada pela agricultura familiar de pequenos proprietários rurais, uma cultura associativista e conservadora, reverberando em um sindicalismo igualmente mais conservador e menos combativo quando comparado a outras cidades, uma marca da tessitura social do município. Nesse sentido, as discussões aqui propostas integram em seu conjunto: modalidades, abordagens e conceitos historiográficos que conversam e clarificam o entendimento do objeto sob análise.

História Social: grupos e movimentos sociais

O estudo de uma entidade sindicalista, da sua organização, atuação e membros integrantes, comumente é atribuído à História Social, modalidade historiográfica em que se destacam como objetos de estudo, os modos e mecanismos de organização social, as classes sociais e demais agrupamentos, as relações e processos de transformação social, os movimentos sociais em sua dinamicidade, em suma os recortes humanos das relações humanas. Podendo a análise destes objetos “se voltar tanto para a elaboração de um retrato sintetizado destes grupos sociais e de suas relações, como para a incidência de questões transversais nestes grupos. Como uma certa classe ou grupo se comporta diante de determinada conjuntura política ou econômica?” (BARROS, 2005, p. 13-14).

Contudo, José D’Assunção Barros (2005) salienta que o enquadramento das práticas e abordagens historiográficas comporta certa flexibilidade: “não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas” (BARROS, 2005, p. 2).

Eric Hobsbawm (1998) concorda, ao afirmar não ser possível caracterizar a História Social somente enquanto uma especialização, cujo tema é passível de isolamento dos demais: “o historiador das ideias pode (por sua conta e risco) não dar a mínima para a economia, e o historiador econômico não dar a mínima para Shakespeare, mas o historiador social que negligencia um dos dois não irá muito longe” (HOBSBAWM, 1998, p. 87), alvitando a indissociabilidade das características sociais da essência do homem e os demais aspectos do seu ser. O que autoriza historiadores a utilizarem métodos e técnicas advindas de outras áreas

da Ciências Humanas, igualmente em relação a grandes quantidades de fontes que necessitam de tratamento estatístico, quanto no que se refere “a observação e análise em profundidade de indivíduos específicos, pequenos grupos e situações que também foram desbravados fora da história, e que podem ser adaptadas aos nossos objetivos” (HOBSBAWM, 1998, n.p.).

A História Social é interdisciplinarmente abrangente as demais Ciências Sociais, seu desenvolvimento ao longo dos anos assinala a importância da aliança de boa parte das atividades dos cientistas sociais com o estudo da estrutura social e suas transformações, visto que o trabalho com seus objetos tem solidificado na historiografia, uma tendência que examina a sociedade em sua complexidade, se abstraindo de categorias sociais preconcebidas e generalizantes, e da rigidez das fronteiras dos campos da história. Os movimentos sociais, por exemplo, dificilmente são trabalhados sem conexão com o Social, o Político e possivelmente o Econômico. Demonstrando que questões referentes a outras dimensões da História, também incumbem aos historiadores sociais, como é o caso da análise da repercussão social de fatos políticos e econômicos em grupos específicos, os membros do STR de São Lourenço do Sul ou em conjuntos mais amplos como a comunidade rural (BARROS, 2005; HOBSBAWM, 1998).

Dentre os tópicos arrolados por Hobsbawm (1998), como os mais trabalhados por historiadores sociais, é pertinente frisar aqui a história das classes e dos grupos sociais, desenvolvida “a partir da premissa comum de que nenhum entendimento da sociedade é possível sem uma compreensão dos principais componentes de todas as sociedades não mais fundadas primordialmente no parentesco” (HOBSBAWM, 1998, n.p.).

Frequentemente utilizado na definição do conceito de Classe, Edward Palmer Thompson (1987), estudando a classe operária inglesa, apresenta sua formação como uma consequência da identificação de experiências comuns herdadas ou partilhadas, por alguns indivíduos que passaram a articular a identidade de seus interesses entre si, se opondo a outros indivíduos cujos interesses diferem. O autor entende o processo como algo ativo, fluído e dinâmico, que resiste a imobilização, um fenômeno histórico, que congrega uma série de acontecimentos díspares e desconectados na matéria prima da experiência e consciência. Sua percepção de classe não a visualiza como estrutura ou categoria, “mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (THOMPSON, 1987, p. 9).

Complementando as considerações de Thompson (1987), Hobsbawm (1998) pontua que a definição de classe não se limita a um grupo isolado de pessoas, compreende um sistema de relações verticais e horizontais. “Assim, é uma relação de diferença (ou

semelhança) e de distância, mas também uma relação qualitativamente diferente de função social, de exploração, de dominação/sujeição” (HOBSBAWM, 1998), portanto, a pesquisa de determinada classe social deve abranger em sua análise também a sociedade a qual ela pertence.

Em relação ao entendimento do conceito de Grupos Sociais, recorre-se a Mancur Olson (1999), o qual salienta que, grupos sociais quando praticam suas ações através de uma organização, comumente possuem como propósito comum a promoção dos interesses de seus membros, que por sua vez são também interesses comuns: “dos sindicatos se espera que lutem por salários mais altos e melhores condições de trabalho para seus afiliados; das organizações rurais espera-se que lutem por preços mais altos para as empresas integrantes” (OLSON, 1999, p. 18-19), portanto a função e característica básica das organizações é promover os interesses comuns dos grupos de indivíduos que a integram. Entretanto, grupos sociais que não se constituem em uma organização são também apontados como “um número de indivíduos com um interesse comum” (OLSON, 1999, p. 20).

Compreendendo a entidade sindical em foco enquanto uma organização que congrega grupos sociais com a premissa básica de atender aos seus interesses comuns, em sua maioria vinculados a reivindicação de melhores condições profissionais e de vida, para melhor compreender os sujeitos estudados é plausível reconhecê-los enquanto integrantes de um movimento social.

No que se refere aos avanços historiográficos no estudo dos movimentos sociais no Brasil e no mundo, Hebe Matos (2012) aponta uma perspectiva dinamista semelhante ao que ocorre a História Social, a partir de uma nova tendência de estudos, em que os processos de identificação coletiva na sociedade já não se restringem somente ao campo socioeconômico, havendo atenuação da oposição entre abordagens políticas e culturalistas e a intercambialidade com a antropologia nas abordagens sobre agência social e identidades coletivas. Passando a prática historiográfica, a combinar cultura e política para aprender os processos de identificação coletiva na história, enquanto a gênese social de grupos, instituições práticas e costumes tornam-se temas preferenciais aos historiadores sociais.

Nessa perspectiva,

A categoria “movimentos sociais” remete a uma abordagem mais específica, de inspiração marcadamente sociológica. Os temas da identidade coletiva, da agência política e da transformação social estão implícitos na categoria que diz respeito a um tipo de ação coletiva na qual, *grosso modo*, grandes grupos informais de indivíduos ou organizações, voltados para objetivos específicos, resistem ou propõem uma mudança social (MATTOS, 2012, p. 98).

Após discorrer sobre a caracterização das teorias sociológicas dos movimentos sociais a partir década de 1990, quando vários analistas passaram a associar a categoria especificamente às sociedades modernas e aos estados nacionais, erigindo classe, nação e modernização como condições necessárias para o seu surgimento, Mattos (2012) indaga-se quanto a abrangência da expressão “movimentos sociais”, respondendo não haver consenso quanto a uma categoria geral ou circunscrita a um tipo de sociedade, posto que

As mais variadas formas de protesto popular, motins, campanhas, greves, tumultos, todos têm sido objeto da história e, se tomarmos a categoria em sua acepção mais ampla, em qualquer contexto histórico as mobilizações sociais podem ser pensadas como uma expressão das contradições e hierarquias específicas da sociedade estudada (MOTTA, 2012, p. 100).

Todavia, é fundamental frisar que nem todos os movimentos sociais possuem caráter transformador e princípios revolucionários. Historicamente foram e são localizados muitos movimentos sociais de caráter essencialmente conservador, evidenciados a partir da análise dos “setores sociais envolvidos, a forma de organização, as táticas e estratégias utilizadas e fundamentalmente, o significado dos objetivos pretendidos” (BASSANI, 2009, p. 22). Ressalva que se adapta a este estudo, dado que a FAG e os STRs possuem aspectos específicos de atuação junto ao campesinato gaúcho, com pontos discordantes dos clássicos movimentos sociais abordados pela historiografia (BASSANI, 2009).

Conceitos conjunturais: sistema político, política e poder

Considerando a impossibilidade da completa separação das temáticas da História Social em relação aos demais campos historiográficos, questão acima exposta, aliada ao fato de o objeto desta análise cobrir um período político singular do Brasil, a Ditadura Militar (1964-1985), carece a presente discussão da abordagem de conceitos basilares para a referida conjuntura, muito utilizados por historiadores do Poder e da Política.

Adentrando à área da ciência política, no estudo da teoria dos sistemas políticos, formas de legitimação e modos de dominação, aqui é interessante a compreensão e distinção dos conceitos de Sistema Político e Política. Ciro Flamarion Cardoso (2012, p. 38) define sistema político como “a noção que engloba (e substitui) outras – Estado, poder, regime – e se define como um sistema de interações mediante o qual são feitas e implementadas as alocações de valores dotadas de autoridade em qualquer sociedade”, em suma, o conjunto de

estruturas induzidas a partir de relações de autoridade e obediência, estabelecidas visando um mesmo fim.

O conceito de política descreve como “a resultante – dinâmica e ao mesmo tempo sistêmica (daí a noção de “sistema político”) - de todos os fenômenos implicados pela conquista e pelo exercício de poder” (CARDOSO, 2012, p. 38). Ampliando essa definição, Chantal Mouffe (2015, p. 8) entende por política “o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político”, que por sua vez, diferindo do conceito anterior, refere-se a dimensão antagonista que integra as sociedades humanas.

Frente as definições apresentadas, emergem dois questionamentos: a que ponto determinado sistema pode ser sustentado pelo apelo legitimador de interesse geral ou bem comum, e quais as razões capazes de sustentar e legitimar as ações de um tirano, cujo poder demanda a concessão de outros homens. Questionamentos que comumente auferem à ciência política, a representação de inimiga a ser combatida, por conta dos seus esforços em desvelar o que está oculto, desmitificar os processos de fundação dos mitos, expor o passado esquecido e analisar o imaginário social alvo de reprodução do sistema institucional. Para Cardoso (2012, p. 39) o trabalho dos cientistas políticos intimida igualmente dominadores e dominados:

Tanto os que acham que devem comandar, quanto os que escolhem (livre ou inconscientemente) obedecer não têm, desejo ou interesse de que alguém venha desmontar analiticamente o mecanismo bem azeitado, porém implícito, de seu compromisso tácito.

É comum a problemática do uso do poder e da autoridade incluir o emprego da força e da violência legitimada, contudo, isoladas ambas não são capazes de sustentar um regime. A coação, material ou simbólica, consciente ou não, são de importância capital para a regulação social, todavia outras razões são igualmente importantes para obter obediência. O poder não é só utilizado para reprimir e dominar, mas também para organizar tramas sociais, pautadas nas relações. Para adentrar em uma relação de poder, os personagens (indivíduos, grupos, partidos, homens políticos) carecem ter algo para trocar. Nesta relação de poder e força, a nenhuma das partes é possível retirar-se, todavia ninguém pode ficar totalmente privado, implicando na saída da esfera propriamente política (CARDOSO, 2012).

Aliado a concepção de troca, o poder depende ainda de uma crença partilhada na autoridade: aquele que emite uma ordem, acredita ter o poder e o direito de fazê-la, enquanto quem a recebe acredita ter o dever de acatá-la. Arranjo que segundo Cardoso (2012), decorre

da socialização, uma das chaves do poder político, por “interiorizar nos atores intervenientes um dado tipo de valores que produzem uma aceitação pelo menos relativa de um modo de vida em sociedade que inclui o seu sistema político, seja ele qual for” (CARDOSO, 2012, p.42).

Em suma, o poder político é composto de múltiplas interações, cujo sistema para ser preservado depende da aliança entre o monopólio da coerção e a busca de uma legitimidade mínima, que garantam formas de participar da socialização política.³ Sua função fundamental é a manutenção da coesão social, mas também dos interesses específicos dos grupos que o detêm (CARDOSO, 2012). Aspectos característicos do regime ditatorial, marcado pelo autoritarismo, cerceamento, perseguição e violência, mas também por um conjunto de trocas e negociações com a sociedade civil, que permitiram a permanência militar na administração do país por 21 anos.

As propriedades da memória e sua apropriação pela história

Para compreender com detalhes a organização dos sindicalistas rurais de São Lourenço do Sul, bem como a forma como apreendiam a conjuntura a sua volta e conversavam com o regime ditatorial em vigor, em relação a suas carências e demandas, é preciso recorrer à Memória, erigindo-a como um dos conceitos principais dessa discussão, portanto uma apresentação acerca do seu espaço e emprego na historiografia contemporânea torna-se indispensável.

Apesar de Maurice Halbwachs (1950), pioneiro no estudo da memória coletiva, afirmar a impossibilidade da escrita de uma história do tempo presente, devido à falta de distanciamento temporal em relação aos acontecimentos a serem recolhidos e classificados, correndo o risco da contaminação pela lembrança viva. O autor contribui expressivamente ao apontar a existência de distintas memórias coletivas sobre um mesmo acontecimento, as quais se opõem à história. O que implica que a memória carece não só ser contextualizada, como diferenciada da história (MOTTA, 2012).

Segundo Márcia Menendes Motta (2018) a história é o registro de um acontecimento pautado pela problematização, distanciamento, crítica e reflexão. Seu manejo e reconstrução se dá em razão de diferentes interesses e direções, visando inclusive denunciar e investigar elementos sublimados pela memória. Por conseguinte, a história não tem o intuito de

³ Conforme Cardoso (2012, p. 42), a socialização política trata-se de um “conjunto de mecanismos e processos sociais formadores e transformadores dos sistemas individuais de representações e atitudes políticas, de modo a possibilitar a reprodução de um sistema político por meio de apoios ativos ou passivos o que implica a reprodução de normas, valores, regras do jogo e princípios”.

glorificar o passado, pelo contrário, na maior parte das vezes realiza a deslegitimação daquilo que foi produzido pela memória e ainda se mantém no presente. Trata-se em suma, de “uma operação intelectual que, ao criticar as fontes, reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação na qual o que importa não é só a noção de um consenso, mas também a do conflito” (MOTTA, 2012, p. 25).

Ao passo que a memória se vincula diretamente ao passado, alimentando-se de lembranças vagas, contraditórias e acríicas, que se explicam por intermédio do presente. Do qual recebe incentivos que a legitima como o conjunto de lembranças de um determinado grupo, constituídas somente por alguns elementos selecionados do passado, encarregados de conferir-lhe coerência e ordenamento. Dessa forma, a memória possui forte atuação na construção das identidades de grupo, “consagrando elementos pelos quais os indivíduos se veem pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem” (MOTTA, 2012, p. 25). Tanto no âmbito individual quanto no grupo, a coerência e a continuidade são características comumente associadas a uma memória crível e a uma identidade assegurada (POLLAK, 1989).

Reconhecido pelos seus estudos sobre memória e identidade, Michael Pollak (1989, n.p.) define a primeira como “uma interpretação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, a qual se integra “em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades”, como é o caso dos sindicatos. Entidades que buscam referências no passado visando a manutenção da coesão do grupo e a definição de seu respectivo lugar, mas também as oposições irredutíveis. São, portanto, conforme o autor, funções essenciais da memória comum a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras daquilo que o grupo partilha.

As memórias são fontes históricas que auxiliam na identificação do que tem sido lembrando e recordado por um determinado grupo social. Fontes estas que ao passarem pela análise crítica capaz de desconstruí-las tornam-se história (MOTTA, 2012).

Explorando as relações entre memória e história, Enzo Traverso (2012) define a história como a escrita a respeito do passado e de acordo com as modalidades e regras do ofício do historiador, escrita que nasce da memória para depois se libertar dela, à medida que coloca o passado a distância, transformando-a em um dos seus objetos. A memória é caracterizada pelo autor como subjetiva, qualitativa, despreocupada com comparações, contextualizações e generalizações. Ela não carece de provas, posto que, quando não relatada por um mentiroso consciente, se traduz sempre na verdade do depoente, na imagem que

atribuí ao passado. Para Traverso (2012), tanto a memória individual, quanto a coletiva não são estáticas, são sempre construções filtradas por conhecimentos adquiridos em momentos seguintes, por reflexões e experiências que se sobrepõem modificando a recordação inicial.

A construção da memória tem como alicerce igualmente a lembrança e o esquecimento, implicando que determinado grupo opere escolhas quanto aos fatos do passado que deseja conservar e rememorar, enquanto sublima, oculta ou esquece outros. Esquecimento esse que, individual ou coletivo, traduz-se como elemento fulcral para o estudo da história do tempo presente (MOTTA, 2012). Entendendo a construção da amnésia social como uma importante chave de leitura na compreensão das razões dos esquecimentos, Motta (2012) salienta a importância da identificação de projetos de esquecimento operados por grupos sociais, abarcando coisas e fatos que podem ameaçar e fragilizar a unidade do grupo, sua identidade e interesses comuns.

Tal produção de esquecimentos não é somente oficial, “ela se produz no confronto entre memórias em disputa, entre grupos cujos embates constroem versões opostas, destruindo fatos relevantes para seus opositores” (MOTTA, 2012, p. 28), evidenciando a necessidade de o historiador atentar-se às conjunturas históricas das quais o esquecimento de determinado acontecimento é fruto, além de requerer do mesmo crítica, erudição e distanciamento ético, sempre visando escapar da memória consagrada pelo grupo. A qual, apesar de produzida, não se resume a mentiras.

Se dissermos que a memória retira do passado alguns fatos e os escolhe para responder às demandas do presente, isso significa afirmar que elas não são meras fantasias, mas sim lembranças especiais, comemoradas como tais e que guardam um elo, ainda que linear – como já sabemos – com um passado idealizado (MOTTA, 2012, p. 29).

Todavia, também não se trata de tomar o documento ou testemunho oral como fonte de verdade. A história que advém da análise da memória requer atenção aos detalhes a priori insignificantes e palavras sem sentido, bem como demanda o cruzamento de diferentes fontes, que gerem embates interpretativos (MOTTA, 2012). Dessa forma, concerne ao historiador aprender com a memória, após passa-la “pelo crivo de uma verificação objetiva, empírica, documental e factual, assinalando, se necessário for, as suas contradições e armadilhas” (TRAVERSO, 2012, p. 27).

Em relação ao entrecruzamento de memórias com distintas percepções do passado, um dos exemplos que melhor se aplica a temática aqui abordada é a experiência do golpe de 1964 e o período da ditadura militar no Brasil. Tem-se as memórias daqueles que vivenciaram

diretamente as consequências do cerceamento imposto pelo regime, daqueles que nasceram e cresceram ouvindo as histórias de repressão e violência, ou ainda daqueles que conservam a crença de que o golpe militar foi benéfico ao país, por estabelecer a ordem e o progresso. Evidenciando também que a memória contada quando diretamente vivenciada difere daquela aprendida nas memórias de outrem, por gerações seguintes (MOTTA, 2012).

O vivido e o transmitido interagem permanentemente em todas as formas de memória: individual ou coletiva, familiar, nacional ou de pequenos grupos (POLLAK, 1989). Ao tomar para análise a memória ainda viva de trabalhadores rurais sindicalistas inseridos no processo de organização e negociação durante o contexto ditatorial, muito mais do que o distanciamento temporal, é substancial a adoção de uma posição ética por parte do historiador e a atenção para os fatores aqui apresentados, responsáveis por transformar e modelar a memória.

Olhar a parte para entender o todo: a relevância da análise microscópica

Para entender em detalhes a complexidade das relações oriundas do espaço de organização, criação e manutenção do STR, bem como os interesses comuns e também afastamentos dos sujeitos que o integram, responsáveis por definir a entidade e imprimir-lhe determinada identidade, é adequado tecer as análises focadas no caráter micro. Em vista disso, aqui serão abordados aspectos que caracterizam e orientam a utilização da abordagem micro-histórica pela historiografia.

De acordo com Jacques Revel (1998), a micro-história ocupa um lugar notório nos debates epistemológicos entre os historiadores. Seu nascimento remete a década de 1970, marcada por um novo desenvolvimento da História Social italiana, cenário que suscitou nas reflexões dos historiadores sociais temas que marcariam a micro-história. A revista *Quaderni Storici* será o empreendimento coletivo central para o novo debate da História Social e a renovação historiográfica italiana, reunindo um conjunto de questões e propostas de um pequeno grupo de historiadores, posteriormente consagrados como referência na pesquisa micro-histórica: Edoardo Grendi (1932-1999), Giovanni Levi (1939), Carlo Ginzburg (1939), Luisa Accati (1942), Carlo Poni (1927), etc. (LIMA, 2012; REVEL 1998).

O surgimento da nova abordagem historiográfica, deu-se como crítica às generalizações simplistas e imóveis características do estrutural-funcionalismo e a política dos automatismos sociais das leituras e conceituações sociológicas, estando associado a uma reação as então atuais ações da História Social, aventando a reformulação de concepções, exigências e procedimentos. Enquanto na História Social precedente, convencionada a se

inscrever em um espaço macro, monografias eram construídas a partir de um questionário geral, excluindo a representatividade de cada amostra em relação ao conjunto, a micro-história apresenta intenções e procedimentos profundamente diferentes (LEVI, 2020; REVEL, 1998).

Embora temas já consagrados pela História Social seguissem ocupando um importante lugar entre seus principais assuntos, novíssimas temáticas e discussões foram também incluídas: história da família e das comunidades, uma demografia histórica inovada, aproximação entre história e antropologia, folclore, cultura material, história oral, grupos sociais subalternos presentes no mundo camponês, religiões populares, história das mulheres e minorias religiosas, e história do crime (LIMA, 2012).

Adentrando em uma definição, Giovanni Levi (2020) declara que a micro-história se debruça sobre os questionamentos do funcionamento da racionalidade humana, responsáveis por governar os comportamentos, contribuindo assim, com a criação e a crítica das ciências humanas em geral. Ela preconiza a História enquanto ciência de perguntas gerais e respostas locais, em outras palavras, ao ler um caso, lugar, documento, acontecimento a partir da mudança de escala, busca perguntas gerais que permitam um amplo leque de respostas, evitando generalizá-las.

A escolha de determinada escala de observação implica a produção de distintos conhecimentos, os efeitos de sua variação não se restringem ao aumento ou a diminuição da visualização do objeto, incluem mudança na sua forma e trama, sendo o princípio da variação o fator determinante. Exemplificando, Revel (1998, p. 20) declara que “mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável)”.

No que tange aos efeitos de conhecimento associados à passagem para uma escala micro analítica, Revel (1998) salienta a contribuição de Carlo Ginzburg e Carlo Poni com o texto “O nome e o como” (1989), infundindo a construção de uma nova modalidade de História Social, atenta aos indivíduos em suas relações com outros indivíduos, acompanhando “o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve” (REVEL, 1998, p. 21).

Nesse sentido, o encolhimento do campo de observação é imprescindível ao historiador que deseja perceber a complexidade de determinado grupo. Para tal, não basta a retomada da linguagem dos seus atores, é importante levar em consideração os aspectos mais

diversificados da experiência social, o reconhecimento das identidades sociais plurais e plásticas construídas, que operam em meio a uma rede de relações, (concorrência, solidariedade, aliança, etc.). É o que a abordagem micro-histórica se propõe: “enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” (REVEL, 1998, p. 23). Aos microhistoriadores, trata-se de um princípio epistemológico, posto que é partindo dos comportamentos individuais que estes procuram reconstruir as modalidades de agregação/desagregação social (REVEL, 1998).

Um exemplo interessante está na obra “Herança imaterial” (1985) de Giovanni Levi. Conforme Revel (1998), ao estudar o processo de construção do Estado absolutista sob a ótica do chão, com base na pesquisa sobre a comunidade rural Santena, região do Piemonte, no fim do século XVII, Levi (1985) evidencia que ao mudar a escala de observação, as realidades que aparecem podem ser muito distintas. Neste cenário se evidenciam múltiplos personagens que tanto mediam, regulam e limitam, como abonam a construção do Estado. Indivíduos que trabalham sob a lógica do poder central, mas também em detrimento dos interesses locais e sobretudo os seus próprios. Em conformidade, Lima (2012, p. 217) destaca o texto de Levi (1985), como a referência mais bem acabada do programa de pesquisa que originou a microanálise, pontuando que a manobra do autor, além de centralizar em sua pesquisa uma comunidade camponesa qualquer no intuito de investigar os mecanismos de destruição do sistema feudal, se detém sobretudo, na capacidade de invenção e protagonismo desta, diante das forças externas aparentemente inescapáveis. A proposta de análise de Levi (1985) é marcada pela atenção dispensada

As “estratégias” de indivíduos e grupos, seu uso consciente (ainda que limitado) dos recursos materiais e imateriais, sua capacidade de agir nos interstícios e descontinuidades dos sistemas normativos e das estruturas sociais. Realidades contraditórias que eram lidas como o verdadeiro lugar onde se poderia capturar de modo mais realista a dinâmica da mudança social (LIMA, 2018, p. 217).

Conquanto, é importante frisar que a pesquisa através da micro-história não necessariamente se apropria de um objeto de estudo pequeno, mas sim de uma escala reduzida e a sua alternância na análise deste objeto. Nessa perspectiva, Angelo Torre (2018) assegura que é corrente perceber a polarização local/global como análoga ao micro/macro, o que é um equívoco, dado que a opção por um estudo de perspectiva micro analítica não se trata de um objeto diminuto, mas sim da redução da escala de observação. “Lo local y lo micro no son “pequeños”, “se ven de cerca”, así como lo global y lo macro “se ven de lejos”. Por supuesto,

no tienen un espacio intrínseco, sino el que se define según la perspectiva de observación”⁴ (TORRE, 2018, p. 39).

Em conformidade, Giovanni Levi (2018) também afirma ser um erro contrapor história global/micro-história, global/local, coletivo/individual, uma vez que o papel da micro-história é identificar relevâncias invisíveis a um observador distante ou a análise de ampla dimensão, por meio de um olhar microscópico, portanto é um erro reduzir a micro história a uma história local, isolada do contexto.

Por conseguinte, a micro-história, por estudar um grupo circunscrito ou inclusive um indivíduo, declara-se como a mais esclarecedora “porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes” (REVEL, 1998, p. 32). Mais do que a escolha e a delimitação, alternância de escalas é ponto fulcral na análise micro-histórica, cuja operação é capaz de colocar em relevo e explorar em detalhe aspectos fundamentais de um problema de pesquisa de qualquer dimensão (LIMA, 2012). O que indica a adequabilidade da referida abordagem ao objeto de estudo sobre o qual se debruça esta pesquisadora, apresentando perguntas amplas sobre um grupo circunscrito de sujeitos analisados de perto, mas passíveis de inscrição num contexto mais amplo.

Considerações finais

A temática do sindicalismo rural brasileiro e o objeto delimitado carecem de uma discussão teórico-histórica muito mais ampla, profunda e abrangente do que aquela que foi possível apresentar aqui. Todavia, os pontos aqui levantados e os conceitos debatidos, ainda que insuficientes, permitem que algumas conclusões iniciais sejam arroladas.

A interdisciplinaridade da História Social com outros campos historiográficos e áreas das Ciências Sociais, permite a apropriação de conceitos, metodologias e técnicas exteriores à História. Os conceitos de Classe e Grupos Sociais proporcionaram compreender os membros do STR, como grupos de indivíduos que partilham interesses comuns atendidos pela entidade que os congrega. Também foi possível percebê-los enquanto parte de um movimento social, classificação que geralmente se refere a variadas formas de protesto popular de esquerda, mas também engloba movimentos de caráter mais conservador, como é o caso da FAG e dos próprios STRs.

Passeando por espaços externos à História Social, o campo da Política e do Poder possibilitou interessantes reflexões acerca da conjuntura na qual a entidade e o grupo

⁴ O local e o micro não são "pequenos", "são vistos de perto", assim como o global e o macro são "vistos de longe". Claro que não há um espaço intrínseco, mas aquele que se define segundo a perspectiva da observação.

pesquisado estão imersos. Os conceitos de Sistema Político, Política e Poder elucidam que, somente a coação material ou simbólica e o emprego da força e da violência não são capazes de sustentar um regime, é preciso estabelecer um sistema de trocas, com o qual ambos os lados, governo e sociedade, ofereçam ao outro algo de seu interesse, presumindo o caráter de parte das relações mantidas pela entidade pesquisada.

As considerações tecidas acerca da memória apontaram-na como uma fonte histórica riquíssima para o estudo dos sindicalistas, devido a sua essencialidade na construção de identidades sociais, na manutenção da coesão social e na demarcação de fronteiras. Todavia, para a sua análise, alguns elementos precisam ser considerados pelo historiador, que deve ter atenção, questionamento e comprometimento ético ao examiná-la, atentando-se sobretudo à sua seletividade, fluidez e vinculação ao presente.

Para finalizar, os grupos sociais subalternos do campo estão entre as novas temáticas inseridas na historiografia pela micro-história, contudo a adequabilidade do objeto em foco em relação à abordagem micro-histórica vai muito além. As contextualizações apresentadas apontaram que, o olhar microscópico ou a variação nas escalas de observação, permitem visualizar em detalhes mais complexos e numerosos as relações individuais entre os membros do STR e entre outros grupos de indivíduos, bem como a sociedade e o contexto em que se inscrevem.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH - Revista de História da UFOP**, Ouro Preto, n. 15, p. 2-23, 2005.

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUEL, 2009. p. 166.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política?. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 2, p. 37-54.

GASPAROTTO, Alessandra. "**Companheiros Ruralistas!**": Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 2016. 330 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HAMMES, Edilberto Luiz. **A imigração alemã para São Lourenço do Sul: Da formação de sua Colônia aos primeiros anos após seu Sesquicentenário**. 1ª. ed. São Leopoldo: Studio Zeus, 2014. p. 734.

HOBSBAWM, Eric. História social a história da sociedade. *In*: HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. cap. 6.

- LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. *In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação.** São Paulo: Letra e Voz, 2020. cap. 1, p. 19-34.*
- LIMA, Henrique Espada. Micro-história. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 11, p. 207-223.*
- MALTZAHN, Paulo César. **A construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 até os dias atuais).** 2011. 335 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis: Vozes, 1981.
- MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 5, p. 95-111.*
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 1, p. 21-36.*
- MOUFFE, Chantal. **Sobre o político.** Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Wmf martinsfontes, 2015.
- OLSON, Mancur. Uma Teoria dos Grupos Sociais e das Organizações. *In: OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. cap. 1, p. 17-64.*
- PICOLOTTO, Everton Lazzareti. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política.** 2011. 289 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1989.
- RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. *In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 6., 2010. **Anais** [...] UFS, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>. Acesso em: 27 Jul. 2022.*
- RAMOS, Carolina. Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985). 2011. p. 266. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. cap. 1, p. 15-38.*
- RIBEIRO, Arthur Rizzi; CARVALHO, Ricardo da Silva; OREIRO, José Luis. A Doutrina Social da Igreja Católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis?. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 710-735, outubro-dezembro 2019.
- SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul - O caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 25-42, dez 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa I: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRE, Angelo. Micro/macro: ¿local/global? El problema de la localidad en una historia espacializada. **História Crítica**, [s. l.], n. 69, p. 37-67, julio-septiembre 2018.

TRAVERSO, Enzo. História e memória: uma dupla antinômica?. *In*: TRAVERSO, Enzo. **O passado, modo de usar: história, memória e política**. 1ª. ed. Lisboa: Edições Unipop, 2012. cap. 1, p. 21-53.